



**PARECER ÚNICO Nº 596447/2018 (SIAM)**

<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 14219/2012/001/2014	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> Licença de Operação Corretiva – LOC		<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 10 anos

<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b>	<b>PA COPAM:</b>	<b>SITUAÇÃO:</b>
Cadastro de Uso Insignificante	175650/2018, 180100/2018, 180110/2018, 180130/2018	Cadastro Efetivo
Outorga	16171/2014	Autorizada

<b>EMPREENDEDOR:</b> Siderurgia Santo Antônio Ltda	<b>CNPJ:</b> 20.148.953/0001-09
<b>EMPREENDIMENTO:</b> Fazenda Rio Claro, Palmeiras, São Gonçalo, Mosquito, Capão da Casca ou Bocaina, Capim Pubo e Cachoeira	<b>CNPJ:</b> 20.148.953/0001-09
<b>MUNICÍPIOS:</b> Arinos	<b>ZONA:</b> Rural
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA:</b> LAT/X 19° 47' 40"	<b>LONG/Y</b> 45° 57' 33"
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b> Não	

<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio São Francisco	<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Urucuia	
<b>UPGRH:</b> --- - Região da Bacia do Rio Urucuia	<b>SUB-BACIA:</b> Rio Claro	
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b>	<b>CLASSE</b>
G-01-03-1	Silvicultura	4
G-03-03-4	Produção de carvão vegetal de floresta plantada	4
G-05-02-0	Barragem de irrigação ou perenização para agricultura	NP
F-06-01-7	Ponto de abastecimento	2
A-03-01-8	Extração de cascalho para utilização imediata na construção civil	NP

<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Paulo Renato de Oliveira Macedo (Coordenador) – Engenheiro Agrônomo Ramon T. Nascimento de Araújo - Biólogo Angelo Luiz Assunção - Eng. Ambiental Diego Raphael Alves e Santos - Eng. Ambiental Deivison da Silva Sposito - Biólogo Felipe Zan Medeiros - Biólogo Leonardo Teixeira Reis - Advogado	<b>REGISTRO:</b> CREA 130.644-D. CRBio 70.603/04 – D CREA 149.499 – D CREA 162.618 - D CRBio 093551/04 – P CRBio 70500/04 – D OAB 81.543
<b>AUTO DE FISCALIZAÇÃO:</b> 98695/2014	<b>DATA:</b> 14/10/2014

<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>	<b>MASP</b>	<b>ASSINATURA</b>
Ana Flávia Costa Lima Felipe Torres Analista Ambiental	1147830-2	
Rafael Vilela de Moura Gestor Ambiental	1364162-6	
De acordo: Ricardo Barreto Silva Diretor Regional de Regularização Ambiental	1148399-7	
De acordo: Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual	1138311-4	



## 1. Introdução

Formalizou-se junto à Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas – SUPRAM NOR, na data de 02/07/2014, o processo de Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC), do empreendimento Siderurgia Santo Antônio Ltda. e Outros, localizado no município de Arinos/MG.

De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, as atividades requeridas no citado processo são a silvicultura (G-01-03-1), produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada (G-03-03-4), barragem de irrigação ou perenização para agricultura (G-05-02-0), extração de cascalho para utilização imediata na construção civil (A-03-01-8), ponto de abastecimento (F-06-01-7), considerada com potencial poluidor/degradador geral da atividade médio e o porte do empreendimento grande, sendo classificado como classe 4.

Os recursos hídricos do empreendimento encontram-se regularizados por meio dos Certificados de Uso Insignificante nº 175650/2018, 80100/2018, 80110/2018, 80130/2018 e Outorga nº 16171/2014.

Para análise do processo em questão, foram apresentados como estudos o Plano de Controle Ambiental - PCA, o Estudo de Impacto Ambiental - (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Após a análise dos estudos, realizou-se a vistoria no local do empreendimento no dia 14/10/2014, conforme auto de fiscalização nº 98695/2014.

Em 28/10/2014 o empreendimento foi autuado por operar as atividades do empreendimento sem a devida Licença de Operação (Auto de Infração 11503/2014).

Em 07/11/2014 foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC nº 18/2014 entre o empreendimento e a SUPRAM NOR, com as condições e prazos para funcionamento das atividades até a sua regularização, tendo sido cumprida todas as condicionantes.

Importante ressaltar que o empreendedor requereu a mudança da análise do processo, e este foi reorientado para seguir as normas previstas na Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017.

## 2. Caracterização do Empreendimento

O acesso ocorre partindo de João Pinheiro pela rodovia federal BR 040 até o município de Paracatu, deste para Unaí, até Arinos. Uma vez em Arinos, pega-se estrada asfaltada em direção à Uruçuia. Após percorrer aproximadamente 15km, toma-se estrada vicinal de terra à esquerda, seguindo nesta por aproximadamente 45km, até a entrada da propriedade (Figura 1).

As Fazendas Rio Claro, Palmeiras, São Gonçalo, Mosquito, Capão da Casca ou Bocaina, Capim Pubo e Cachoeira possuem juntas área total de 27.860,49 ha, composta por 23 matrículas, quais sejam: 089, 2.496, 893, 3.807, 816, 810, 3.817, 3.814, 3.627, 3.626, 3.625, 3.818, 3.815, 3.819, 3.821, 3.822, 3.813, 3.811, 3.809, 3.808, 3.805, 048 e 894.

O empreendimento tem como objetivo a produção de carvão vegetal oriundo de floresta plantada de Eucalipto para consumo integral na Usina de Ferro Gusa do Grupo, a SIDERSA – Siderúrgica Santo Antônio, localizada em Itaúna – MG

O uso e ocupação do solo encontra-se da seguinte forma:



Atividade	Área (ha)
Silvicultura	8.449,79
Reserva Legal	7.324,87
Área de Preservação Permanente	2.622,34
Vegetação Nativa	7.386,99
Lagoas e solos hidromórficos	183,68
Benfeitorias/carvoarias	23,29
Estradas/Carreadores	1.067,62
Cascalheiras	13,23
Posseiros	394,05
Pastagem	41,78
Outros	352,85
<b>Total</b>	<b>27.860,49</b>

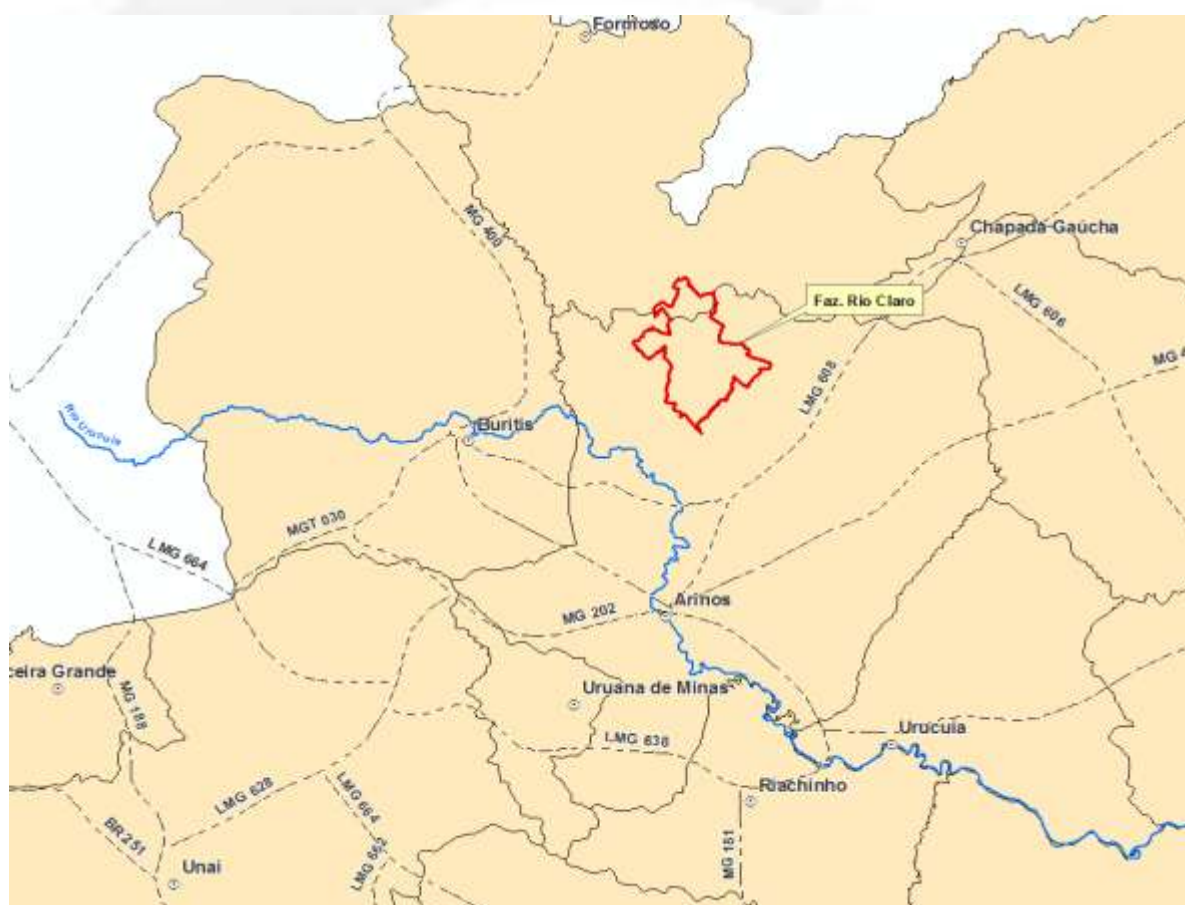


Figura 01. Imagem da localização das Fazendas.

## Silvicultura Reforma florestal

Não há alteração de uso do solo, pois os novos plantios só ocorrem em áreas anteriormente plantadas com Eucaliptos, priorizando a adoção de técnicas de pouca interferência no solo.

As atividades envolvidas com o processo de reforma florestal são:



- 1º Combate a formigas cortadeiras: Realizada antes do início das atividades de reforma propriamente dito, mediante aplicação localizada de isca granulada, utilizando bomba manual, com o objetivo de eliminar focos de formiga cortadeira. Em média a dosagem de isca granulada corresponde a 3,5 Kg / ha, sofrendo variação conforme a infestação de cada talhão. O produto formicida é levado do depósito de agrotóxicos, em caixas fechadas fornecidas pelo fabricante nas quantias previstas para emprego, com as embalagens vazias sendo recolhidas e acondicionadas no Depósito acima mencionado, para serem devolvidas ao fornecedor.

- Niveladas básicas: O inicial foi conduzido em nível, mediante o estabelecimento de niveladas básicas no local, segundo tabelas de terraceamento, e a partir destas se desenvolvem as demais atividades. Deste modo, quando da reforma, os mesmos procedimentos devem ser mantidos.

- Destoca: Operação realizada para a retirada das cepas de Eucalipto da área que viessem a dificultar as ações futuras;

- Capina mecânica: Realizado com trator de média potência acoplado a uma roçadeira ou desbrotador para eliminar as plantas daninhas e eventuais brotações da floresta anterior, com a vegetação triturada sendo deixada no solo para futura decomposição.

- Capina química: Não realizada no empreendimento, porém prevista caso seja necessária. Consiste na aplicação de herbicida nas áreas de pré-plantio em locais que as plantas daninhas predominam como invasoras, mediante ao uso de tratores de baixa potência e pulverizadores. As embalagens após serem utilizadas deverão ser submetidas a tríplice lavagem e a água resultante do processo será utilizada na diluição do produto, seguidamente são perfuradas e recolhidas para o Depósito da Fazenda e devolvidas ao fabricante.

- 2º Combate a formigas cortadeiras: Realizado antes da Subsolagem em nível, mediante aplicação localizada de isca granulada utilizando bomba manual com o objetivo de eliminar focos de formiga cortadeira. O produto formicida é levado do Depósito de Agrotóxicos localizado em outra Fazenda na região para o local de aplicação, em caixas fechadas fornecidas pelo fabricante nas quantias previstas para emprego, com as embalagens vazias sendo recolhidas e acondicionadas no Depósito acima mencionado, para serem devolvidas ao fornecedor.

- Aplicação de calcário: Realizado em área total, com a finalidade de fornecimento de cálcio e magnésio e não como corretivo de solo, em dosagem indicada por consultores da área, apoiada em análises de solo (atualmente, emprego de 1,4 t de calcário calcítico/ha).

- Subsolagem com Fosfatagem: Técnica empregada para o preparo do solo para plantio, mediante subsolagem da linha do futuro plantio em nível, a partir da nivelada básica estabelecida no local. A subsolagem apresenta uma profundidade mínima de 0,4m. Em função do espaçamento do plantio a operação é realizada a cada 3,5m na entrelinha do antigo plantio, definindo com isto, arranjo espacial do futuro plantio de 2,75 x 3,5 m.



- **Plantio:** O plantio ocorre com tratores de média potência distribuindo as mudas no campo, as quais são manualmente plantadas a cada 3m nos sulcos do subsolador. Na ocasião, estabelece-se “bacia” junto à muda, objetivando melhora da eficácia da futura aplicação de água ao plantio, caso a mesma se mostre necessária.

São empregadas para o plantio, mudas clonais produzidas em tubetes, em viveiros de produção devidamente Licenciados e Credenciados para a atividade, depositadas no viveiro de espera da Fazenda, sendo transportadas através de caminhões de carroceria ou baú até o local de plantio. Após o plantio, os tubetes são recolhidos e devolvidos ao fornecedor das mudas.

- **Adubação no plantio:** A adubação de plantio é feita manualmente até três dias após o plantio, com aplicação do insumo em função da orientação de consultores específicos baseados na análise do solo (atualmente, empregado 126gr/muda da formulação NPK 6-30-6 + Boro e Zinco). O adubo é fornecido pelo fabricante dentro de sacos fibra ou plástico nas quantidades previstas para a empresa, com as embalagens vazias sendo recolhidas ao Depósito da empresa para reciclagem ou devolução da empresa fabricante.

- **Replântio:** Realizado em área total, entre 07 e 12 dias após o plantio, e entre 40 e 50 dias nos talhões com índice de sobrevivência inferior a 98%.

- **3º Combate a formigas cortadeiras:** Realizado logo após o plantio das mudas de eucalipto mediante aplicação de isca granulada utilizando bomba manual com o objetivo de eliminar focos de formiga cortadeira.

- **Irrigação manual:** Utilizado caminhão pipa com mangueiras acopladas ao tanque que são direcionadas manualmente para cada muda plantada fornecendo, mediante sistema de dosador e gatilho, em média 5l de água por muda. Previsto no máximo 4 aplicações após o plantio.

### **Manutenção florestal**

Após plantio, a floresta sofre intervenções relacionadas ao controle do mato-competição e de formigas cortadeiras, de aplicações de fertilizantes e desbrotas. Operações de manutenções de estradas e aceiros completam as atividades envolvidas com a manutenção florestal, cujos detalhamentos são:

- **Combate às formigas cortadeiras:** Realizado anualmente, mediante aplicação de isca granulada utilizando bomba manual com o objetivo de eliminar focos de formiga cortadeira.

- **Adubação de manutenção:** Realizada através de conjuntos de tratores agrícolas e adubadeiras, que distribuem os insumos a lanço na linha de plantio. A adubação é realizada mediante indicação de consultores específicos da área, baseado na análise química do solo. Atualmente, previsto a aplicação de 150kg/ha de KCl + 0,5% B, no 900 e 1800 dia após plantio.

- **Cultivo Manual:** Quando necessário, realizado na linha de plantio (entre as mudas) para eliminação do mato-competição, é realizado, até 6 meses após o plantio. Geralmente uma capina é suficiente a cada ciclo de sete anos, sendo necessário,



em média, nova intervenção em 10% da área plantada. A vegetação capinada é disposta sobre o solo para formação de cobertura morta.

- Cultivo mecânico: Cultivo entre as linhas de plantio, com a utilização de trator agrícola e grade 16X24, para eliminação do mato-competição, com a vegetação cortada, revirada e incorporada ao solo. Realizada em média, apenas no ano seguinte ao plantio e em apenas 10% da área.

- Cultivo químico: Até o momento não necessário, podendo ocorrer no caso de se mostrar necessário. Consiste na aplicação de herbicida entre as linhas de plantio, nos locais em que as gramíneas predominam como invasoras, mediante trator agrícola e pulverizador. A dosagem é de 4L/ha de glyphosate.

#### Colheita e transporte da lenha

Atividade realizada de modo mecanizado, com emprego de Feller buncher para o corte, de Skider para o transporte dos fustes até próximo das estradas e de Garra Traçadora para cortar os fustes em toras de 2m de comprimento e empilha-las nas estradas, onde permanece em média 90 dias para secagem. O abastecimento dos equipamentos é realizado no campo através de caminhão comboio.

#### Conservação de estradas e aceiros

As estradas prestam-se para interligar as áreas plantadas (talhões), as Fazendas vizinhas. Com a sua utilização visando o manejo dos eucaliptais, todas as estradas sofrem processo de abaulamento. Com o objetivo de interceptar o carreamento de sedimentos e conduzir o run off para dentro dos talhões ou, quando a declividade é mais acentuada, para caixas de infiltrações abertas dentro dos talhões, são estabelecidos camalhões de terra com 3 m de base e 0,4m de altura, em média, oblíquos ao leito das estradas. Em função do declive do terreno, tais camalhões são distanciados entre si a cada 50 a 150m e as bacias de infiltração, quando necessárias, abertas mecanicamente no local.

Quando necessário à manutenção das estradas, utiliza-se ou restos inertes de construção (tijolos e telhas) ou cascalho obtido em cascalheiras dentro da Fazenda. Antes do início do período chuvoso na região, as estruturas acima são refeitas ou acertadas ou desassoriadas, conforme o caso, permitindo com isto bom controle do run off, com aproveitamento do mesmo para o desenvolvimento florestal.

São utilizadas motoniveladoras para conservação das estradas e aceiros, tratores de esteira para conservação de drenos e caixas de contenção.

A sinalização nas estradas ao longo das áreas de plantio inclui placas de advertência sobre a realização de cortes no trecho indicado, a recomendação de velocidade máxima de tráfego e observações sobre segurança do trabalho e da fauna.

#### Controle de erosões

Sempre que se localiza processo erosivo nas estradas e áreas de plantio, medidas são tomadas de imediato, evitando com isto que o processo então instalado venha a se constituir em problema ambiental (assoreamento de posições a jusante) ou operacional (impedir acesso ou mesmo, alguma prática silvicultural).

#### Controle e combate a incêndios



Os funcionários que residem na Fazenda são treinados para combate a incêndios, com o Empreendimento dispondo ainda de tratores de laminas, pipas mantidas constantemente cheias, abafadores e pinga-fogo para ações de controle a incêndios.

Nos períodos mais críticos, constante observação por fumaça é realizada por todos os funcionários, particularmente aqueles da UPC, por ser o ponto mais alto da Fazenda.

### **Produção de carvão**

A Praça de Fornos ocupa 10.000 m<sup>2</sup>, com 200 fornos de 5,2m de diâmetro, camisa de 2,10m de altura e chaminé única, com capacidade de enformamento médio de 36st de lenha e produção média de 20mdc por corrida. As estruturas instaladas comportam uma capacidade de produção igual a 120.000 mdc/ano.

Dentro da praça, os fornos se encontram distribuídos em 4 fileiras, com 20 m a distância da primeira para a segunda fileira, sendo o local ocupado para depósito de lenha e carvão, da segunda para a terceira fileira, distância de 5 m, destinado a circulação de funcionários e distribuição de água e da terceira para a quarta fileira, mais 20 m. Dentro de cada fileira, a distância entre fornos é de 2m.

Atualmente, os carbonizadores acompanham a “marcha” dos fornos em processo de carvoejamento durante vinte e quatro horas por dia, enquanto que os ajudantes de produção ficam encarregados da carga manual dos fornos, com a descarga sendo realizada de modo mecânico.

O ciclo de carvoejamento é de doze dias, sendo um para carga, cinco para carbonizar, cinco para resfriar, um para descarregar

O carregamento mecanizado do carvão vegetal é feito na forma de granel em caminhões trucados com gaiolas.

### **Extração de cascalho**

A extração do cascalho ocorre com emprego de pás carregadeiras, mediante “raspagem da superfície”.

Atividade se encontra inserida na rotina operacional da Fazenda. Para tanto, uma vez findada a atividade minerária no local, o mesmo é recuperado pela sequência operacional composta por acerto da superfície, estabelecimento de drenagem, subsolagem e gradagem na área, seguida pela aplicação de calcário e restos de fertilizantes, sendo o mesmo coberto por cascas decompostas de Eucalipto. No início do período chuvoso, ocorre o plantio de espécies nativas na área e o cercamento do local.

### **Ponto de abastecimento**

Depósito de combustível constituído por tanque metálico aéreo de 15 m<sup>3</sup>, instalado dentro de bacia de contenção para 20 m<sup>3</sup>, medindo 8x3 m, tendo lateralmente, a bomba elétrica de abastecimento em espaço de 3x3 m. A estrutura acima encontra-se sob piso impermeável, estando toda coberta por telhado de amianto. Em frente, localiza-se a pista de abastecimento, edificada em concreto, medindo 5x11 m, com sistema de drenagem e CSAO comum para o Lavador de veículos.



## **Barragem de irrigação ou perenização para agricultura**

Existem 4 pequenos barramentos, onde há captação de água para consumo humano e perfazem juntos 2 ha.

### **3. Caracterização Ambiental**

**Área de Influência Direta (AID):** A AID do empreendimento representa atualmente, uma dimensão físico-espacial e um conjunto de elementos, atributos e processos físicos, biológicos e antrópicos que nela se inscrevem ou ocorrem, como as áreas destinadas aos plantios de eucalipto, aos fragmentos florestais (áreas de uso restrito e demais áreas recobertas por tipologias florestais nativas), vias de acesso, unidades de produção de carvão vegetal e demais formas de infraestruturas de apoio.

#### **Área de influência Indireta (All):**

- **All para os Meios Físico e Biótico** - Adotou-se como Área de Influência Indireta (All), a área confrontante em até 10 km do perímetro do empreendimento, abrangendo grande área às margens esquerda e direita do médio/baixo rio Piratinga, bem como, praticamente toda bacia hidrográfica do rio Claro (subacia do rio Pacari), Rio este que dá nome à propriedade, onde se encontram os Córregos Palmeirinha e Joaquim de Souza, principais recursos hídricos internos à AID do empreendimento. A All para os Meios Físico e Biótico foi estabelecida em função dos impactos indiretos do assoreamento e contaminação das águas, da redução da disponibilidade hídrica regional e pela presença de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade motivadas pela localização do Parque Nacional Grande Sertão Veredas no seu entorno.

- **All para o Meio Socioeconômico** - A Área de Influência Indireta para o Meio Socioeconômico compreende os municípios mineiros de Arinos e Formoso. Estes municípios estão sujeitos a impactos indiretos decorrentes das atividades de operação do empreendimento, notadamente aqueles relacionados a geração de postos de trabalho, renda e movimentação da economia. Em termos metodológicos, o diagnóstico como a análise de impacto sobre os municípios da All será focado nos aspectos que possuem potencial de sofrerem interferência indireta do empreendimento.

#### **3.1. Meio físico**

##### **Clima**

A localização geográfica da bacia de inserção do empreendimento confere-lhe o aspecto climatológico úmido do interior continental, com características de clima tipicamente tropical. Desta forma, pode-se afirmar que a época quente e chuvosa começa normalmente no final de outubro e vai até março, incidindo sobre toda a bacia. Considerando a classificação climática, o clima da região é quente, semi-úmido, com 4 a 5 meses secos. Ademais, de acordo com a classificação de Köppen o clima da região é do tipo AW—clima tropical úmido (megatérmico) de savana, com inverno seco e verão chuvoso.





## Geologia

A região caracteriza-se, basicamente, pela presença de diversas sequências metassedimentares de cobertura cratônica, associadas ao Proterozóico médio-superior (Grupo Bambuí e Grupo Paranoá), e por coberturas mais recentes como a formação Urucuia (período Cretáceo) e sedimentos elúvio-coluvionares e aluvionares dos períodos Terciário e Quaternário.

Por sua vez, a bacia hidrográfica de contribuição do rio Piratinga, secciona, através do seu entalhamento progressivo, as rochas do Grupo Bambuí, sobretudo os siltitos arcossianos / arenitos arcossianos da Formação Três Marias (nas regiões do alto e médio cursos) e os siltitos / siltitos calcíferos e alguns calcários do Sub-Grupo Paraopeba (regiões do médio e baixos cursos).

No médio e alto curso, onde o rio Piratinga exhibe sua calha mais entalhada, com maiores desníveis/gradientes, são encontradas extensas coberturas elúvio-coluvionares, via de regra posicionados sobre platôs e chapadas estabelecidas sobre o substrato rochoso constituído pela Formação Três Marias (local onde se encontra inserida a AID do empreendimento), é caracterizada pela presença de cascalheiras retrabalhadas junto a suas bordas.

## Geomorfologia

No que tange aos aspectos geomorfológicos, pode-se afirmar que a Fazenda Rio Claro está inserida na unidade de relevo denominada Depressão São Franciscana, onde destacam-se extensas superfícies aplainadas, que constituem chapadas e chapadões, formando platôs residuais recortados por formas de dissecação fluvial e por extensas faixas rochosas alongadas segundo a direção preferencial NNW. De forma secundária, nos principais cursos da rede de drenagem, ocorrem planícies fluviais, às vezes extensas, como no curso do rio Urucuia e Piratinga.

## Hidrografia

O empreendimento está inserido na Bacia do rio Urucuia, localizada praticamente toda no estado de Minas Gerais com algumas nascentes situadas no estado de Goiás

### 3.2. Meio biótico

#### Fauna

##### Avifauna

Na campanha do período chuvoso foram registradas 141 espécies de aves, sendo 128 por metodologia direta e 13 somente por meio de entrevistas sendo elas *Ardea Alba* (Garça branca grande), *Egretta thula* (Garça branca pequena), *Cyanoloxia brissonii* (Azulão), *Crax fasciolata* (Mutum de penacho), *Sporophila angolensis* (Curió), *Ramhocelus bresilius* (Tié sangue), *Icterus jamacaii* (Sofrê), *Ara chlopterus* (Arara vermelha grande), *Porphyrio martinica* (Frango d'água azul), *Phimosus infuscatus* (Tapicuru de cara pelada), *Nothura maculosa* (Codorna amarela) e *Cairina moschata* (Pato do mato). Essas espécies listadas representam um total de 21 ordens e 44 Famílias, sendo as mais representativas a Tyrannidae (15) e a Thraupidae (13).

Durante o período seco foram registradas 127 espécies de aves, sendo 116 por metodologia direta e 11 somente por meio de entrevistas sendo elas *Ardea Alba*



(Garça branca grande), *Egretta thula* (Garça branca pequena), *Cyanoloxia brissonii* (Azulão), *Sporophila angolensis* (Curió), *Ramhocelus bresilius* (Tié sangue), *Icterus jamacaii* (Sofrê), *Ara chlopterus* (Arara vermelha grande), *Porphyrio martinica* (Frango d'água azul), *Cairina moschata* (Pato do mato), *Volatina jacarina* (Tiziu) e *Sarcoramphus papa* (Urubu-rei). Essas espécies listadas representam um total de 23 ordens e 42 Famílias, sendo as mais representativas a Tyrannidae (15) e a Thraupidae (12).

Ao se comparar as espécies identificadas nas duas campanhas (período chuvoso e seco), observa-se que 102 foram comuns aos dois levantamentos, 23 espécies observadas somente no período seco e 37 no período chuvoso.

### **Mastofauna**

Na campanha do período chuvoso foram identificadas 34 espécies, pertencentes a 15 famílias, sendo 31 por metodologia direta e indireta, e 3 espécies por entrevistas, sendo elas *Callithrix penicillata* (Mico estrela), *Tamanduá tetradacyla* (Tamanduá mirim) e o *Coendou prehensilis* (Ouriço).

Dentre as 15 famílias de mamíferos silvestres de médio e grande porte cita-se como as mais representativas a Felidae(6), Dasypodidae (4), Cervidae (4), Canidae (3), Procyonidae (2), Mustelidae (3), Canidae e Myrmecophagidae com (2) cada.

Na campanha do período seco foram identificadas no empreendimento 28 espécies de mamíferos pertencentes a 15 famílias, das quais 25 de modo indiretos (vestígios/rastros) e diretos (visualização) e 3 espécies por entrevistas, sendo elas *Callithrix penicillata* (Mico estrela), *Tamanduá tetradacyla* (Tamanduá mirim), *Coendou prehensilis* (Ouriço).

Dentre as 15 famílias de mamíferos silvestres de médio e grande porte cita-se as mais representativas Felidae(4), Dasypodidae (3), Canidae (3), Cervidae (3), Mustelidae (3), Myrmecophagidae e Procyonidae (2) cada.

Ao se comparar as espécies identificadas nas duas campanhas (períodos chuvoso e seco), observa-se que 28 foram identificadas nos dois períodos e 6 espécies observadas apenas no período chuvoso.

### **Herpetofauna**

A amostragem foi realizada em ambientes preservados e áreas degradadas em busca de vestígios ou indivíduos que pertencem a este grupo. Ambientes favoráveis como vegetação, abrigos naturais e artificiais e locais próximos a corpos d'água foram os principais locais de amostragem.

Como era de se esperar, ocorreu entre as campanhas de campo uma grande diferença de espécies de anfíbios identificadas de modo direto e indireto.

Na campanha no período da estação seca, foram encontradas 6 espécies de 3 famílias diferentes, sendo Hylidae (4), Bufonidae (1) e Leptodactylidae (1).

Já na campanha da estação chuvosa foram encontradas 29 espécies divididas em 7 famílias de 2 grupos, sendo as mais representativas a Hylidae (11), Leptodactylidae (6), Bufonidae (4), Cycloramphidae e Leuperidae com 3 espécies cada.

Popularmente conhecidas como pererecas a família Hylidae talvez tenha maior abundância por se tratarem de espécies com maior capacidade de explorar diversos microambientes terrícolas e arborícolas como riachos, córregos, lagoas, gramíneas, vegetação, herbácea e árvores.



A maioria das espécies registradas apresenta ampla distribuição ocorrendo em outros biomas brasileiros, sendo que 5 espécies *Rhinella rubenses* (Sapo cururu), *Rhinella veredas* (Sapo cururu), *Proceratophrys goyana* (Sapo), *Hypsiboas lundii* (perereca de folhagem), *Phyllomedusa oreades* (Perereca de nascente), são endêmicas do cerrado (Frost, 2011).

Na primeira campanha realizada na estação seca formam registrados 3 espécies de répteis, sendo 1 exemplar de serpente da família Viperidae e 2 espécies de lagartos de duas famílias diferentes Mabuyidae e Tropicuridae.

Na segunda campanha realizada na estação chuvosa foram encontradas 20 espécies de répteis pertencentes a 12 famílias distribuídas em 4 famílias de serpentes (Boidae, Colubridae, Dipsadinae, Viperidae), 7 famílias de lagartos (Amphisbanidae, Gekkonidae, Gymnophthalminae, Mabuyinae, Teiinae, Tropicuridae, Tupinambinae) e 1 família de quelônio (Chelidae).

Dentre as espécies encontradas na estação chuvosa as serpentes da família Dipsadinae registrou 4 espécies, Viperidae que agrupa espécies peçonhentas com fossa loreal teve registro com 4 espécies, Colubridae, foram registradas 2 espécies e 1 Boidae. Os lagartos tiveram 10 espécies registradas, sendo uma espécie exótica oriunda do continente africano *Hemidactylus mabouia* (Lagartixa de parede) e uma endêmica do cerrado *Tropicurus itambere* (calango). A espécie *Crotalus durissus* (Cascavel) foi registrada por meio de entrevistas.

Os dois levantamentos realizados, apontam um número de 23 espécies identificadas no local, das quais, não tiveram espécies comuns nos dois levantamentos, podendo o fato também ser atribuído a dificuldade de campo relacionada a visualização de répteis.

As espécies de interesse econômico registradas na Fazenda Rio Claro são em maioria apreciadas para consumo sendo registradas nos levantamentos o *Salvator merinae* (Teiú), *Boa constrictor* (Jibóia) e *Phrynosoma geoffroanus* (Cágado de barbicha).

## Ictiofauna

O empreendimento se encontra na micro-bacia hidrográfica do Rio Claro, que dá nome à Fazenda, estando tal bacia, composta por rica rede de drenagem com padrão dendrítico, forma alongada, com a maior parte de seus tributários secando na época de estiagem.

Portanto, pelo acima exposto, a presença de peixes nos recursos hídricos do empreendimento objeto deve ser creditada a espécies de peixes vindas do Rio Claro e deste se distribuindo para as Veredas e Córregos internos, que se prestam como seus afluentes.

No entanto, estudo mais aprofundado do curso do Rio Claro evidencia a presença de quedas d'água dentro do empreendimento, porém em seus limites, as quais pelas alturas dos desníveis d'água e ausência de "escadas naturais para peixes", inviabilizam a referida colonização dentro do empreendimento, já que as mesmas se apresentam no sentido montante – jusante.

Por outro lado, o Rio Claro em posição a montante de tais quedas d'água tem apenas afluentes primários, originados de nascentes, córregos e veredas muitas delas semiperenes e, portanto, com enorme possibilidade quanto a existência de peixes, a não ser os pioneiros, encontrados na Fazenda objeto.

As situações acima foram comprovadas nas campanhas realizadas no período seco e chuvoso, quando foi identificado a presença apenas de Piaba



(Astianax sp) e da Pirapitinga (Piaractus brachypomus), ambos com comprimento máximo de 5cm, informação está confirmada pelos trabalhadores da Fazenda.

O fato acima igualmente é relatado pelos funcionários da Fazenda ao comentarem que abaixo da queda d'água do Rio Claro, fora da Fazenda, é possível pescar variada gama de peixes, tais como Dourado (Salminus maxillosus), Mandi (Pimelodus maculatus) entre outros.

## Flora

A região que abrange as Áreas Influência Direta (AID), Indireta (All) da Fazenda Rio Claro está toda inserida no bioma Cerrado. Na região estudada há formações campestres, savânicas e florestais. As formações campestres estão representadas principalmente pelo Campo Limpo e Campo Sujo. O Campo Limpo é uma fitofisionomia predominantemente herbácea, com raros arbustos e ausência completa de árvores, já o Campo Sujo é uma fitofisionomia exclusivamente herbáceo-arbustivo, com arbustos e subarbustos esparsos cujas plantas, muitas vezes, são constituídas por indivíduos menos desenvolvidos das espécies arbóreas do Cerrado sentido restrito.

Para caracterizar a situação dos fragmentos florestais nativos presentes na Fazenda Rio Claro, foram lançadas 28 parcelas amostrais de 500 m cada (10m x50m), sendo 5 em posições de veredas, 5 em floresta estacional semidecidual, 13 em cerrado e 5 em campo cerrado. Em cada parcela, foram identificadas e mensuradas todas as árvores com diâmetro a altura do peito superior a 5 cm.

As principais espécies encontradas foram: Embaúba, Faveiro, Genipapo, Gonçalo, Jatobá, Pau doce, Pau santo, Pequi, Pereiro, dentre outras.

No cenário acima, a AID do empreendimento, totalizando 27.860,49ha, mostra-se hoje, recoberta em 41,85% de sua extensão por ambientes campestres, seguida dos plantios de Eucaliptos com 30,32%, pelo Cerrado com 9,40%, pelas Veredas com 11,69% e o Campo Cerrado com 0,21%.

### 3.3. Meio Socioeconômico

Área de Influência Indireta para o Meio Socioeconômico compreende os municípios de Arinos e Formoso, por estarem sujeitos a impactos indiretos decorrentes das atividades de operação do empreendimento, notadamente aqueles relacionados a geração de postos de trabalho, renda e movimentação da economia daqueles municípios. Tradicionalmente existe a atividade de pecuária.

O crescimento demográfico dos municípios está fundamentado no crescimento urbano, posto que a população rural apresenta taxas de crescimento negativas, enquanto a população total continua avançando. Ressalta-se que há uma contribuição significativa da migração rural no crescimento urbano nas décadas passadas, sobretudo até 2000, nos dois municípios.

Os setores primário e terciário são bastante expressivos para a região dos municípios analisados, devido à grande presença da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, que representam o setor primário, juntamente com o comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, serviços domésticos,



organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais, que representam o setor terciário, e que ocupam um contingente significativo de pessoas empregadas.

Com o declínio do ciclo do ouro, as atividades agropecuárias passaram a se desenvolver mais intensamente, porém prevaleceu a agricultura de subsistência nos municípios da região. Atualmente prevalecem as atividades ligadas ao setor primário e terciário, relacionadas à agropecuária e extração vegetal e ao comércio e setor de serviços.

### **Arqueologia**

Em 14 de dezembro de 2012 a SIDERSA protocolou junto ao IPHAN/MG, ofício solicitando dispensa da realização de estudos relacionados ao Patrimônio Arqueológico da área plantada com eucaliptos em sua filial sediada na Fazenda Rio Claro, município de Arinos, noroeste de Minas Gerais (processo nº 01514.008709/2012-78).

O IPHAN/MG informou através do OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG nº 2839/2012, de 17 de dezembro de 2012, que para a solicitação ser analisada, a empresa deveria apresentar um “laudo” devidamente assinado por arqueólogo acreditado junto àquele órgão, contendo uma avaliação pormenorizada da área do empreendimento quanto ao potencial arqueológico, acompanhado de documentário cartográfico e fotográfico.

O “Relatório de Vistoria” aponta para inexistência de vestígios de arqueologia na área do empreendimento. Por fim, o processo analisado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, foi considerado como satisfatório, tendo este Órgão Federal emitido anuência definitiva para o Patrimônio Cultural de natureza arqueológica (OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG nº 2297/20013), isentando o empreendimento de quaisquer outras pesquisas desta natureza.

### **4. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)**

Não há previsão de quaisquer intervenções ambientais e/ou supressão vegetal nativa, nem tão pouco, intervenção em áreas de preservação permanente (APP). Na possibilidade de ocorrer, o empreendedor deverá comunicar previamente ao órgão competente, por meio de processo administrativo específico, no bojo do qual será analisada a viabilidade ambiental.

### **5. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos**

Em relação à utilização dos recursos hídricos pelo empreendimento, todas as captações encontram-se regularizadas por meio de cadastro e outorga, sendo elas:

<b>Processo</b>	<b>Coordenadas</b>	<b>Modo de uso</b>	<b>Situação</b>
175650/2018	15°27'10"/ 46°02'56"	Captação em barramento no afluente do Rio Claro	Cadastro efetivado
180100/2018	15°28'37"/ 46°02'18"	Captação em barramento no afluente do Rio Claro	Cadastro efetivado



180110/2018	15°26'48"/ 46°03'07"	Captação em barramento no afluente do Rio Claro	Cadastro efetivado
180130/2018	15°32'49"/ 46°05'03"	Captação em barramento no afluente do Rio Claro	Cadastro efetivado
16171/2014	15°30'41"/ 46°00'07"	Captação direta no Rio Claro	Outorga deferida

## 6. Reserva Legal

As áreas de reserva legal da propriedade encontram-se averbadas no cartório de Arinos e estão bem conservadas e preservadas. São 23 matrículas que compõem o empreendimento, com uma área de reserva legal de 7.324,87 ha, que representam 29,29% da área total de 27.860,49 ha.

## 7. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

São destacadas a seguir as principais formas de ocorrências de impactos ambientais associados ao empreendimento:

### Erosão

Atualmente, a prática silvicultural adotada no empreendimento prevê sistemas de controle de processos erosivos (replanteio da nova floresta mediante técnicas de cultivo mínimo, a implantação de camalhões e bacias de decantação nas vias internas da propriedade), os quais somados a ação das coberturas nativas, fazem com que a instalação de processos erosivos seja pouco significativa. Se ocorrer carreamento de material das áreas de colheita e transporte de lenha, o eventual material arrastado pelo escoamento superficial será retido nas bacias de decantação das estradas ou dentro das florestas nativas e plantadas.

### Assoreamento de cursos d'água

O empreendimento encontra-se implantado em topografia suave ondulada, com todas as práticas envolvidas garantindo o controle de erosão (plantios em nível, camalhões em nível dentro dos plantios, sistemas de drenagem nas estradas, etc), com o manejo silvicultural adotado (plantio direto, procura por manter o solo sempre recoberto por matéria orgânica e movimentação de solo a cada 14 anos) não favorecendo os processos erosivos. Tal condição condiciona um baixo potencial de fornecimento de sedimentos para o assoreamento dos cursos d'água, os quais ainda se encontram protegidos por cobertura florestal nativa.

### Efluentes atmosféricos

O tráfego de veículos (carretas, tratores, ônibus, carros de proprietários locais) é relativamente pequeno, o que representa um impacto pouco significativo, tanto na geração de poeira quanto nos aspectos de segurança das vias de acesso.



A fumaça decorrente do processo de carbonização da madeira colhida é dispersa dentro das florestas da empresa, não atingindo áreas de terceiros ou estradas. Com relação à emissão de fumaça pelas Unidades de Carbonização, ocorre a liberação de voláteis na atmosfera (alcatrão e pirolenhosos). Salienta-se, porém que as Unidades de Carbonização estão localizadas a mais de 15 km de locais habitados e a uma distância considerável das estradas municipais, permitindo com isto que a fumaça gerada seja dispersa dentro das florestas da empresa.

### **Ruídos**

A geração de ruídos provenientes das atividades do empreendimento se resumem a aquele gerado por movimentações de máquinas de grande porte no interior das Unidades de Carbonização e de máquinas e tratores florestais nas atividades de Colheita Florestal e Silvicultura.

A Fazenda mantém severo programa voltado ao atendimento da saúde dos seus trabalhadores, os quais são constantemente submetidos a vários exames e subordinados ao uso obrigatório de EPI's – Equipamentos de Proteção Ambiental adequados para cada atividade.

### **Resíduos sólidos**

Os resíduos sólidos e/ou orgânicos gerados são acondicionados em embalagens, e estes por sua vez, em depósitos específicos e transportados para destinação correta nos municípios da AII. Situação semelhante ocorre quando da geração de outros resíduos que não os domésticos, para os quais, a Fazenda adota sistemática de recolhimento quando gerado e acondicionamento até destinação final.

Os efluentes oleosos gerados pelo empreendimento junto aos depósitos de combustível e oficina ocorrem sob piso pavimentado, com sistema de drenagem conduzindo o material para caixa separadora de água e óleo.

Apesar dos fatos acima, melhor sistematização das operações envolvidas com este programa, deverão ser assumidos pela Fazenda para garantir sua real eficácia.

### **Efluentes sanitários**

Os efluentes sanitários gerados nas edificações são, em 90% dos casos, destinados a sistemas de fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro. Portanto, não são gerados impactos significativos sobre a qualidade das águas dos cursos d'água da AID e AII em função da geração desses efluentes.

No campo, a empresa emprega pipimóvel nas frentes de trabalho, com a abertura de fossas secas e a devida aplicação periódica de cal virgem. Tais procedimentos mostram-se satisfatórios, ambientalmente, tendo em vista a grande rotatividade de tais frentes e a pouca contribuição em cada ponto, não sendo necessárias medidas mitigadoras adicionais.

### **Flora**

Fazenda não pretende aumentar as atuais áreas destinadas ao uso econômico da propriedade e com isto, a atual cobertura florestal nativa, bastante rica e diversificada estará sendo preservada e perpetuada, além de promover a recomposição de áreas de preservação permanente.



## **Fauna**

Os monitoramentos de fauna que estão sendo conduzidos nas áreas da Fazenda têm demonstrado que as boas práticas da empresa não têm causado impactos maiores, haja visto a relação de espécies presentes encontradas nas áreas da Fazenda

## **Incremento no emprego e renda**

O empreendimento demanda vários empregos diretos e indiretos, que resultam em maior massa de salários disponíveis que, juntamente com as compras da empresa na região, promovem aumento do comércio local.

## **8. Programas e/ou Projetos**

A mitigação dos impactos ambientais identificados desde a implantação do empreendimento até os dias de hoje, já se encontram inseridas no cotidiano operacional do empreendimento, mediante o desenvolvimento e operacionalização dos seguintes programas:

- Programa de atividades junto às comunidades
- Programa de evolução tecnológica
- Programa de Conservação de Solo e Água
- Programa de Controle de Pragas
- Programa de Monitoramento do Manuseio e Uso de Defensivos
- Programa de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas
- Programa de Conservação dos fragmentos florestais nativos
- Programa de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais
- Programa de segurança patrimonial
- Programa de sinalização das estradas
- Programa de estabilização e drenagem das áreas com infraestrutura
- Programa de tratamento de efluentes líquidos.
- Programa para tratamento de resíduos sólidos diversos





## 9. Compensações

O instrumento de política pública que intervém junto aos agentes econômicos para a incorporação dos custos sociais da degradação ambiental e da utilização dos recursos naturais dos empreendimentos licenciados em benefício da proteção da biodiversidade denomina-se Compensação Ambiental, prevista no art. 36, da Lei Federal nº 9.985/2000.

A Lei nº 9.985/2000, conhecida por Lei do SNUC, estabelece em seu art. 36:

*“Art. 36 Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei”.*

Segundo o Decreto nº 46.953/2016, a competência para fixação da compensação ambiental é da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas do COPAM, cujo órgão técnico de assessoramento é o Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Com base no Estudo de Impacto Ambiental apresentado, e de acordo com o exposto neste Parecer Único, concluímos que o empreendimento é considerado de significativo impacto ambiental, havendo assim, a obrigatoriedade de se realizar a compensação ambiental. Por tal motivo, sugerimos a seguinte condicionante:

*“Formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 120 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.”*

## 10. Regularização de uso antrópico consolidado

Tendo em vista que houve intervenções em 2 ha de área de preservação permanente para instalação de barragens na propriedade, este parecer visa regularizar a ocupação antrópica consolidada da referida área, conforme disposto no inciso I, do art. 2º, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

*Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:*

*I - área rural consolidada a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;*



Para regularização da área, observou-se imagens de satélite disponíveis no software Google Earth do ano de 2002, onde já se encontrava instalado o barramento em questão, comprovando que no marco regulatório em 22 de julho de 2008 o barramento já havia sido construído, motivo pelo qual manifestamos favoravelmente à regularização da ocupação antrópica consolidada da referida área.

No caso vertente, por se tratar de barragem com área menor que 20 ha, a APP é definida pelo art. 9º, inciso III, da Lei Estadual nº 20.922/2013, como **30 metros** em torno do reservatório.

## **11. Termo de Compromisso Ambiental**

Em 07/11/2014 foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC nº 18/2014 entre o empreendimento e a Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas, com as seguintes condições e prazos para funcionamento das atividades até a sua regularização:

I - Realizar disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como destinar os filtros de óleos, estopas e sedimentos contaminados a empresas que possuam regularização ambiental e manter os recibos da destinação no empreendimento para atendimento de eventuais fiscalizações.

Prazo: Durante a vigência do presente termo.

II - Construir depósito de armazenamento de agrotóxicos e de armazenamento de vasilhames, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 9843/2004.

Prazo: 180 dias.

III – Construir novo lavador de máquinas e implementos agrícolas, com sistema de drenagem oleosa (canaletas e caixa SAO) e piso impermeável, de acordo com as orientações técnicas previstas na Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007.

Prazo: 180 dias.

Todas as condicionantes foram e estão sendo cumpridas

## **12. Controle Processual**

O processo encontra-se devidamente formalizado e instruído com a documentação legalmente exigível, de acordo com o respectivo Formulário de Orientação Básica Integrado.



A utilização dos recursos hídricos no empreendimento se encontra regularizada junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, nos termos do item 5 deste parecer.

Não há previsão de supressão de vegetação e/ou intervenção em Área de Preservação Permanente – APP.

A reserva legal do empreendimento encontra-se devidamente regularizada, nos termos do item 6 deste parecer.

O presente parecer trata, ainda, da regularização de ocupação antrópica consolidada em área de preservação permanente, bem como a definição da delimitação das respectivas APPs, de acordo com a Lei Estadual nº 20.922/2013.

No presente caso é necessária a realização de compensação ambiental, nos termos da Lei Federal nº 9.985/2000, uma vez que, conforme consta no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Controle Ambiental – EIA/RIMA, o empreendimento é considerado causador de significativo impacto ambiental. Consta no Anexo I, deste Parecer, condicionante específica referente à compensação ambiental.

### 13. Conclusão

A equipe interdisciplinar da SUPRAM Noroeste de Minas sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação em Caráter Corretivo, para o empreendimento *Fazendas Rio Claro, Palmeiras, São Gonçalo, Mosquito, Capão da Casca ou Bocaina, Capim Pubo e Cachoeira*, da Siderurgia Santo Antônio Ltda., para as atividades de Silvicultura, Produção de carvão vegetal de floresta plantada, Barragem de irrigação ou perenização para agricultura, Extração de cascalho para utilização imediata na construção civil e Ponto de abastecimento, no município de Arinos/MG, pelo prazo de 10 (dez) anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Este parecer sugere também o deferimento da regularização de uso antrópico consolidado em 2 ha referente aos barramentos, e define as respectivas APP's em 30 metros no entorno dos reservatórios, medidos a partir da cota máxima de operação.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela SUPRAM Noroeste de Minas.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a SUPRAM Noroeste de Minas, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a SUPRAM Noroeste de Minas não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta



licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da empresa responsável e/ou seus responsáveis técnicos.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

#### **14. Anexos**

**Anexo I.** Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) das Fazendas Rio Claro, Palmeiras, São Gonçalo, Mosquito, Capão da Casca ou Bocaina, Capim Pubo e Cachoeira.

**Anexo II.** Relatório Fotográfico das Fazendas Rio Claro, Palmeiras, São Gonçalo, Mosquito, Capão da Casca ou Bocaina, Capim Pubo e Cachoeira.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC) das Fazendas Rio Claro, Palmeiras, São Gonçalo, Mosquito, Capão da Casca ou Bocaina, Capim Pubo e Cachoeira

<b>Empreendedor:</b> Siderurgia Santo Antônio Ltda. <b>Empreendimento:</b> Fazendas Rio Claro, Palmeiras, São Gonçalo, Mosquito, Capão da Casca ou Bocaina, Capim Pubo e Cachoeira <b>CNPJ:</b> 20.148.953/0001-09 <b>Município:</b> Arinos <b>Atividades:</b> Silvicultura, Produção de carvão vegetal de floresta plantada, Barragem de irrigação ou perenização para agricultura, Extração de cascalho para utilização imediata na construção civil e Ponto de abastecimento. <b>Código DN 74/04:</b> G-01-03-1, G-03-03-4, G-05-02-0 e F-06-01-7 <b>Processo:</b> 14219/2012/001/2014 <b>Validade:</b> 10 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Apresentar, anualmente, relatório técnico-fotográfico que comprove a implantação e execução das ações propostas nos programas, planos e projetos, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
02	Apresentar junto à SUPRAM NOR protocolo de entrega à FEAM do Relatório de cumprimento dos incisos de I a VIII, do art. 3º, e do Estudo de dispersão das emissões atmosféricas, estabelecidos na DN COPAM nº 227/2018.	30 dias após protocolo na FEAM
03	Realizar disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como destinar os filtros de óleos, estopas e sedimentos contaminados a empresas que possuam regularização ambiental e manter os recibos da destinação no empreendimento para atendimento de eventuais fiscalizações.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
04	Manter arquivado por período de um ano os receiptuários agrônômicos e as cópias das notas fiscais de compras de agrotóxicos utilizados na propriedade, bem como utilizar produtos com registro junto aos órgãos competentes, realizar tríplex lavagem e dar destinação correta às embalagens vazias.	Durante a vigência de Licença de Operação Corretiva
05	Formalizar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, no prazo máximo de 120 dias contados do recebimento da Licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.	120 dias

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



## ANEXO II

### Relatório Fotográfico das Fazendas Rio Claro, Palmeiras, São Gonçalo, Mosquito, Capão da Casca ou Bocaina, Capim Pubo e Cachoeira

**Empreendedor:** Siderurgia Santo Antônio Ltda.

**Empreendimento:** Fazendas Rio Claro, Palmeiras, São Gonçalo, Mosquito, Capão da Casca ou Bocaina, Capim Pubo e Cachoeira

**CNPJ:** 20.148.953/0001-09

**Município:** Arinos

**Atividades:** Silvicultura, Produção de carvão vegetal de floresta plantada, Barragem de irrigação ou perenização para agricultura, Extração de cascalho para utilização imediata na construção civil e Ponto de abastecimento.

**Código DN 74/04:** G-01-03-1, G-03-03-4, G-05-02-0 e F-06-01-7

**Processo:** 14219/2012/001/2014

**Validade:** 10 anos



**Foto 01.** Fossa séptica



**Foto 02.** Área de plantio, durante a colheita



**Foto 03.** Ponto de abastecimento



**Foto 04.** Unidade de Produção de carvão